

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BOA VISTA - RORAIMA

Antonio Tolrino de Rezende Veras (UFRR)

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BOA VISTA-RORAIMA

Boa Vista - RR

2006.2

Resumo

O foco desta pesquisa será analisar a dinâmica de produção do espaço urbano de Boa Vista, vistos como produto histórico e social de sua formação sócio-espacial em três períodos distintos: quando estava sob a jurisdição do Estado do Amazonas; quando da criação do Território do Rio Branco em 1943 e; quando da transformação em Estado no ano de 1988. Há análise de várias fontes de informações, como: pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas e coletas de dados em diversos órgãos e *in loco*, servirão para embasar teoricamente a análise e possibilitará a reconstituição do processo de produção do espaço urbano de Boa Vista, através da elaboração de um SIG (Sistema de Informações Geográficas) - mapas temáticos das diferentes temporalidades. É neste quadro complexo que se pretende abrir as discussões sobre a história das cidades na Amazônia, em particular, das cidades do Estado de Roraima, que nos relatos, documentos e estudos dão conta da diversidade e expressividade da sua riqueza étnica, natural e mineral.

SUMÁRIO

Resumo.....	02
1. INTRODUÇÃO.....	05
2. A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL.....	09
2.1 O Vale do Rio Branco.....	09
3 A CIDADE DE BOA VISTA E SUA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL.....	11
Considerações Finais.....	18
Referências Bibliográficas.....	19

Lista de Figuras

Figura 01: Forte São Joaquim.....	10
Figura 02: Localização da cidade de Boa Vista.....	11
Figura 03: Boa Vista do Rio Branco – 1924.....	12
Figura 04: Plano Urbanístico de Boa Vista – 1946.....	14
Figura 05: Setor Oeste e Leste da Cidade.....	17

1. INTRODUÇÃO

Estudos realizados sobre o espaço urbano do Brasil nos revelam que nenhuma cidade é igual à outra, devido às diversas situações históricas e políticas que o país atravessou ao longo de sua formação sócio-espacial. Em relação à Amazônia, segundo Oliveira (1988), poder-se-á mostrar quatro momentos em que as mudanças na região foram acentuadas.

a) Século XVII - expansão portuguesa - quando os índios que viviam de uma economia de subsistência e de comércio intertribal passaram a defrontar-se com uma economia de produção para um mercado externo, com a escravização de sua gente, com a ação catequizadora dos missionários e com a perda de seus valores culturais. Os colonos, por seu lado, para sobreviver tiveram que adaptar-se à tecnologia indígena.

b) Século XVIII - Ação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado – quando foi posta em prática, na Amazônia, a política pombalina. Nesse período, as aldeias missionárias deram origem às cidades e vilas da Amazônia e a pressão para o aportuguesamento e integração do índio à sociedade colonial tornou-se maior. Com fatos como: a demarcação de limites; a abertura de um caminho para Mato Grosso através de navegação nos rios Amazonas, Madeira e Guaporé; a criação da Capitania de São José do Rio Negro e a criação do Diretório dos Índios, em substituição à atuação dos missionários.

c) Século XIX - Expansão causada pela procura da Borracha - quando a Amazônia começa a perder sua face indígena diante do grande fluxo migratório em decorrência do desenvolvimento da indústria da borracha. Nessa época o índio deixa de ser a mão-de-obra essencial e é desalojado violentamente de seu território. Crescem também as fronteiras do Brasil com a anexação do Acre. Além disso, esse processo de expansão gerou um aumento demográfico para a região Amazônica.

d) Século XX - Ação das políticas desenvolvimentistas para a Amazônia - inauguradas nos anos 60, quando essa região passou a comunicar-se, via terrestre, com o Centro-Sul, em especial com a capital Federal que, naquela época, foi transferida para Brasília. Com essas políticas iniciou-se a mais forte investida de expansão interna na área Amazônica, liderada por grandes grupos empresariais.

No que concerne à formação sócio-espacial do Território de Roraima, a mesma está diretamente relacionada com a conquista do rio Amazonas e do rio Negro e, posteriormente, à do rio Branco, pela Coroa Portuguesa, no século XVII.

Informações contidas no Atlas de Roraima (1981) reforçam o exposto quando assenta que as sementes da vida “urbana” de Boa Vista surgem no cenário amazônico quando os portugueses organizaram as expedições para expulsar os invasores holandeses, ingleses, em particular os espanhóis, que buscavam a legendária vila de Manoa do El Dorado, rica em metais e pedras preciosas e que Walter Raleygh e outros exploradores julgavam localizar-se nas bordas do Lago Parimé, próximo ao rio do mesmo nome.

Assim,

Para tornar efetiva a posse da terra, chegaram em 1725, os primeiros missionários carmelitas, vindos do rio Negro, e estabeleceram diversas missões ao longo do rio Branco a que deram os nomes de Carmo, Santa Maria, São Felipe e Conceição. Para defender o sistema fluvial do rio Branco, impedindo a entrada dos invasores, foi construída em 1775, a fortaleza de São Joaquim à margem do Tacutu na confluência com o rio Uraricoera. A missão coube ao Capitão de engenharia Felipe Sturm de nacionalidade alemã, a serviço de Portugal. Nessa mesma ocasião foram estabelecidas seis povoações ao redor da fortaleza: Santa Bárbara e Santa Isabel ou São Martinho no rio Branco; São Felipe no rio Tacutu; Santo Antonio, Conceição e Boa Vista no Uraricoera. Data dessa época a ocupação efetiva e, por conseguinte, o povoamento e o aldeamento dos indígenas da região. [...] Em 1858 a Lei Provincial que designou as fronteiras do Amazonas estabeleceu a freguesia de Nossa Senhora do Carmo, cuja sede seria “acima das cachoeiras do rio Branco no lugar denominado Boa Vista” (ex Santa Isabel ou São Martinho). (Atlas de Roraima, 1981).

A Série Monográfica - Município de Boa Vista - elaborada pela Secretaria de Educação e Cultura em 1987 reforça a afirmação quando relata que:

Constituído por um extenso espaço geográfico e com localização fronteiriça, além das dificuldades de acesso que retardam as ações governamentais do Amazonas, a área do rio Branco reclamava novos foros político-administrativo, o que vinha, inclusive, de encontro à política nacional de então. Daí a transformação do Município de Boa Vista em Território Federal do Rio Branco, ao qual foi anexada parte dos municípios de Moura e Barcelos, de acordo com o Decreto Lei Nº 5812 de 13 de Setembro de 1943, apresentando a seguinte conformação administrativa: Município de Boa Vista, que se subdividira em três distritos: Caracará, Murupu e Boa Vista, sendo esta última, sede do Governo Territorial.

Denota-se, que o surgimento da cidade de Boa Vista encontra-se na formação histórica da região amazônica e na política de integração e proteção de nossas fronteiras no Hemisfério Norte. Significa dizer que os caminhos percorridos para sua inserção no contexto regional pressupõem uma linha divisória entre territórios pertencentes a unidades políticas diversas (Estados-Nação), desejando indicar, segundo Mikessel (1960) citado por Barros (1995), as partes de um território que estão em imediato processo de povoamento pela sociedade envolvente.

Desse modo, sua formação sócio-espacial vincula-se estritamente a três fatores: a) geopolíticos: área de fronteira com os países da Venezuela e da Guiana Inglesa; b) estratégicos: está situada próxima aos eixos de escoamento da produção e; c) políticas de desenvolvimento e povoamento da Amazônia setentrional.

O presente estudo tem como objetivo central analisar a dinâmica de produção do espaço urbano na capital do novo Estado de Roraima - Boa Vista, dentro de uma perspectiva espaço-temporal, a fim de identificar os principais agentes políticos, econômicos e sociais responsáveis pela sua organização espacial, levando-se em consideração sua importância no contexto geopolítico e estratégico no que se refere à proteção, ocupação e desenvolvimento das fronteiras da Amazônia setentrional.

Partindo da hipótese de que: os elementos responsáveis pela formação sócio-espacial da cidade de Boa Vista são de ordem estratégica e geopolítica, onde os governos federal, estadual e municipal são os principais agentes formadores desse espaço frente às tensões étnicas-culturais que envolvem o interesse na exploração dos recursos naturais, na produção agropecuária, na ocupação, na proteção e no desenvolvimento da fronteira norte da Amazônia setentrional.

Adotou-se uma metodologia que propõe reflexões sobre as categorias espaço-tempo, delineadas por períodos diversos e peculiares na sua expressão geográfica e histórica. Várias fontes de informações foram utilizadas, como: pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas e coletas de dados nos diferentes órgãos públicos da cidade. Através da pesquisa documental – relatórios, mensagens oficiais, planos urbanos, programas, mapas, fotografias, arquivos, jornais, entre outros - foi possível identificar e elaborar mapas temáticos das diversas intervenções urbanísticas realizadas em Boa Vista.

Acreditamos que os resultados a serem colhidos na pesquisa venham a ser utilizado como referencial teórico em estudos relacionados à produção do espaço urbano das cidades no Estado de Roraima, uma vez que, são poucos os trabalhos científicos relacionados com a temática no referido Estado.

2. A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL

2.1 O Vale do Rio Branco

A conquista do rio Branco tem início em 1639 com a expedição de Pedro Teixeira e está diretamente vinculada à posse do rio Amazonas, do rio Negro e à busca de um caminho marítimo através de uma ligação com o Essequibo¹. Prosseguindo em 1670 ou 1671 quando as “bandeiras de resgate” adentravam na Amazônia para aprisionar os aborígenes, alvo inerte da cobiça dos impiedosos aventureiros.

Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1951), revelam que ainda na primeira metade do século XVIII, isto é, em 1740, Francisco Xavier de Andrade, em expedição, ampliou os conhecimentos que se tinha sobre as áreas marginais do rio Branco. Posteriormente, Nicolau Horstman, partindo da Guiana Inglesa, atingiu o curso do rio Branco, por onde alcançou o Negro, que o levou ao Amazonas, chegando ao Pará completamente desiludido dos sonhos de fortuna que perseguira e acalentara, tal qual Francisco Xavier.

Segundo Amoroso & Farage (1994), a ocupação portuguesa do vale do rio Branco tem sua efetivação em fins da década de setenta do século XVIII, com caráter marcadamente político-administrativo em defesa dos seus domínios frente às possíveis invasões dos vizinhos holandeses e espanhóis ao vale amazônico. Assim, a fortificação e povoamento das terras conquistadas, em particular das fronteiras, representavam uma prioridade para resguardar suas bases territoriais.

Reforçando o exposto, Luckmann (1989) comenta que a construção do Forte de São Joaquim (Figura 01) teve um papel de grande importância na ocupação da região do Alto Rio Branco (Campos Gerais). Segundo o autor, já em 1777, antes mesmo de sua conclusão, surgiram as primeiras povoações próximas ao Forte: São Felipe - situada na margem esquerda do rio Itacutu, próximo à foz do rio Mucajá e Conceição; Nossa Senhora da Conceição - situada na margem direita do rio Uraricoera, próximo a São

¹ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Território Federal de Roraima: Série Monográfica – Município de Boa Vista. 1987.

Felipe e a mais desenvolvida na época; Boa Vista - localizada na margem esquerda do rio Uraricoera, próxima a Ilha de Maracá.

Figura 01. Forte São Joaquim



Fonte: Brasil, Amazonas. Extraído do Livro: Amazônia: um pouco de história e muita cobiça. Ed Pró-Roraima Consultoria, Marketing e projetos. Boa Vista-RR. 2005. Forte de São Joaquim. “Assim foi visto em 1840 pelo alemão Schomburgk, o principal causador do dissídio anglo-brasileiro quanto à fronteira com a Guiana Britânica, conforme gravura de seu livro “A description of British Guyana. (Londres, 1840).

Verifica-se que as transformações vivenciadas nos períodos estabelecem uma diversidade de formas espaciais e de conteúdo que evidenciam a complexidade das relações responsáveis pela dinâmica de ocupação, revelando o espaço, segundo Trindade Jr. & Rocha (2002), como uma acumulação de tempos e de técnicas diferentes.

Dada sua especificidade como região de fronteira, em 9 de julho de 1890, por força do Decreto Estadual Nº. 49 e pelo então Governador do Estado do Amazonas, Sr. Augusto Ximenes de Villeroy, foi criado um Município na localidade, erigindo-se a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo em Vila, com a designação de Vila de Boa Vista do Rio Branco, e território separado da então Vila de Moura.

3 A CIDADE DE BOA VISTA E SUA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

A cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, está situada no Hemisfério Norte sob as coordenadas geográficas: Latitude 2° 49' 11" N e Longitude 60° 40' 24" W Grw . O município ocupa uma área de 5.687 Km², com uma população estimada de 236. 319 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2004) (Figura 02).

Figura 02 - Localização da cidade de Boa Vista



Fonte: BONATTO, Fábio. Transformações na paisagem natural de Boa Vista-RR: Um diagnóstico ambiental por geoprocessamento. Rio de Janeiro. 2002.(Dissertação de Mestrado - UFRJ).

Estudos realizados por pesquisadores, em particular pelo geógrafo americano Hamilton Rice², mostram que na década de 20, Boa Vista era o único agrupamento junto ao rio Branco que tinha a honra de ser chamado “vila” (Figura 03). Esse agrupamento compreendia 164 casas que abrigavam uma população de 1.200 almas. Alguns desses edifícios eram de tijolos. Nesse período, segundo Rice, a influência das freiras e monges Beneditinos residentes em Boa Vista era real nas relações sociais e familiares, pois o grau de moralidade se apresentava elevado.

Figura 03 – Boa Vista do Rio Branco 1924



Foto Hamilton Hice

Barros (1995) comenta que a decisão política-administrativa de criar colônias agrícolas em Roraima, tomada em 1944, fez parte de um conjunto de atitudes geopolíticas do “Estado-Novo” em relação às fronteiras, visando povoá-las no momento em que as fronteiras passaram para direta gestão federal, posto que os territórios foram criados em 1943.

Nesta entropia, a cidade de Boa Vista torna-se um centro polarizador e centralizador das ações políticas de ocupação e colonização do território. Uma vez que as forças políticas (governador, prefeito, fazendeiros, entre outros), “mão-de-obra

² RICE, Hamilton. **Exploração na Guiana Brasileira**. Tradução e notas – Lacyr Schettino. Editora da Universidade de São Paulo – SP. 1978.

qualificada”, infra-estrutura física e demais aparelhos públicos e privados estavam concentrados na referida cidade.

O pesquisador Antonio Teixeira Guerra (1957), narra que a cidade de Boa Vista funcionava como centro receptor de migrantes oriundos do nordeste para serem assentados nas colônias criadas em 1944, na margem direita do rio Mucajaí – Colônia de Fernando Costa que ficou conhecida como “Colônia de Mucajaí” e a Colônia de Brás de Aguiar em 1954, conhecida como Cantá.

Segue,

As famílias, para este e outros projetos no período, eram recrutadas na própria Amazônia, ou nordeste do país (Maranhão, principalmente). Recebiam a passagem para chegar à Boa Vista, um mês de alojamento nesta cidade, roupas e utensílios domésticos antes de serem transferidos para as áreas de assentamentos. Situadas nas colônias, essas famílias recebiam uma mensalidade financeira por nove meses, ferramentas básicas, medicamentos, e assistência hospitalar em Boa Vista.

Essas atividades provocavam um fluxo eminente de pessoas para Boa Vista. Exigindo das autoridades competentes uma política de ordenamento territorial, com o objetivo de suprir a cidade de equipamentos e serviços e evitar um crescimento desordenado da mesma.

Um exemplo foi a implantação do plano urbanístico em 1946 pelo então Governador do Território de Roraima, Capitão Ene Garcez dos Reis. O plano foi elaborado pela firma carioca Darcy A. Derenusson. O modelo era radial concêntrico, onde da praça circular, partem as radiais para o norte, oeste e sul, com ruas extremamente largas e na praça circular reuniam os edifícios públicos e a catedral (Figura 04).

Figura 04: Plano Urbanístico de Boa Vista – 1946

Boa Vista apresenta-se, nas palavras do professor Nilson Crocia (1995), como centro das funções administrativas para toda uma ampla *hirtelândia* que depende dela quase que exclusivamente. Para o autor, existe uma desproporcional concentração dos serviços – segurança, justiça, educação, saúde, burocracias setoriais (agricultura, etc.) – e comércio de varejo na capital, como resultado cumulativo de tempos desiguais.

14

Esta dinâmica sócio-espacial incitou a Prefeitura a sancionar a Lei Nº. 42, de 03 de setembro de 1976, que dispõe sobre o Plano de Urbanismo e Zoneamento de Boa Vista e a Coletânea de Código do Município de Boa Vista em 1977 - Leis básicas e ordenadoras de crescimento urbano no território com o objetivo de disciplinar o uso e ocupação do solo urbano.

No transcorrer da década de 80, o Governo de Roraima através da Secretaria de Planejamento e Coordenação e com o apoio do Ministério do Interior elaboraram um Perfil da Cidade de Boa Vista com o objetivo de traçar um diagnóstico sócio-espacial da área urbana da capital de Roraima. Este relatório foi preciso em afirmar que as obras a serem priorizadas deveriam estar direcionadas às áreas de esgotos sanitários, drenagem pluvial e sistema viário.

Fonte: Plano de Urbanização de Boa Vista, 15 páginas mimeografadas – Rio de Janeiro, 1946 *In* Guerra, Antônio Teixeira Guerra. Estudos Geográficos do Território do Rio Branco. IBGE. 1957.

habitações com três dormitórios, áreas de terrenos, ocupações irregulares em áreas de preservação ambiental. Não existia uma preocupação emergente na forma de como a cidade estava sendo ocupada.

Com a transformação do território de Roraima para Estado em 1988, a cidade passa a ter sua independência político-administrativa, isto é, o prefeito adquiriu autonomia para exercer suas funções públicas sem interferência do governador, favorecendo a execução de projetos de desenvolvimento urbano, como a criação de

novos bairros, saneamento básico em alguns trechos da cidade, melhoria no sistema viário etc.

Na década de 90, é elaborado o primeiro Plano Diretor da cidade enquanto capital do estado. O plano tinha como objetivo a promoção do desenvolvimento urbano, zoneamento, uso e ocupação do solo, sistema viário, parcelamento do solo entre outros. No entanto, vale salientar, que na elaboração do referido plano não houve uma consulta prévia à população, tão pouco uma leitura da cidade que pudesse diagnosticar as reais necessidades da população e os arranjos produtivos locais que favorecessem o desenvolvimento e crescimento ordenado do território. Entre as leis criadas pelo referido plano destaca-se o seu Capítulo II, que trata da divisão em zonas, setores e bairros da cidade.

Em 2006, e em cumprimento à Lei¹⁵ nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta a política urbana nacional, expressa nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, a Prefeitura Municipal de Boa Vista dá início à reformulação do Plano Diretor da Cidade, que tem como principal objetivo garantir o direito de todos à cidade, ou seja, às riquezas naturais, aos serviços, à infra-estrutura e à qualidade de vida. Esta lei estabelece uma nova forma de apropriação do espaço urbano, baseada na função social da propriedade. Por esta, as propriedades precisam abrigar atividades ou construções que representem benefícios para toda a cidade.

Por outro lado, essa via de entendimento do padrão recente da organização espacial da cidade de Boa Vista facilita a abordagem dos embates entre forças sociais associadas à estruturação espacial pretérita, contemporânea e à organização pré-existente do espaço urbano local, isto é, os atores envolvidos nesta dinâmica incorporam em suas formas de uso do solo urbano, modernas técnicas de organização de consumo da cidade, criando áreas nobres em algumas zonas – como exemplo, a zona leste da cidade, que apresenta uma performance em seu traçado urbano com a presença de uma rede de sistemas de engenharia - vias, redes de água, esgoto, pavimentação, energia, etc -, bem como, de possibilidades de transporte de produtos de um ponto a outro, de deslocamento de pessoas e de comunicação – (Figura 05). Diferentemente do setor oeste da cidade, que concentra o maior número da população e, que em sua maioria, carecem desses mesmos sistemas de engenharia. Tal (des)ordenamento é fruto de políticas advindas de tempos desiguais, de traços nacionais definidores da estrutura, dos conflitos

de classe ao longo de sua história e pela dominação política, econômica (segregação) e ideológica.

Figura 05: Setor Oeste e Leste da cidade



A complexidade das mudanças observadas no espaço intra-urbano da cidade Boa Vista traz à tona a dificuldade que se tem de trabalhar a questão intra-urbana na

atualidade, em particular, em relação às cidades amazônicas que “nasceram” de interesses diversos. Onde as principais áreas industriais são elementos cujas localizações são determinadas por forças externas aos espaços, e a segregação das camadas de alta renda surge como o elemento interno mais poderoso no jogo de forças que determina a estruturação do espaço intra-urbano de nossas cidades (Villaça, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação sócio-espacial de Boa Vista e os problemas que dela decorrem envolvem amplo aspecto de questões econômicas, sociais, políticas e institucionais, e estas, ademais, são enfocadas sob os mais diversos ângulos e vertentes ideológicas. A noção dominante é a de que a estrutura do espaço intra-urbano resulta da ocupação desordenada do seu solo, gerando como consequência, desequilíbrios ou disfunções urbanas ao longo de sua respectiva formação.

O setor leste da cidade foi “definido” como área nobre, enquanto o setor oeste como área periférica, marcados respectivamente pela privatização dos benefícios da urbanização e pela marginalização das populações mais pobres, historicamente excluídas dos bens e serviços produzidos pela sociedade.

Outra questão são os problemas gerados pelas bruscas mudanças na distribuição populacional que são enormes, diversos e em escalas tão vastas que tornam irrelevantes quaisquer práticas de planejamento urbano. Consequentemente, os reflexos ambientais são evidentes: escassez de serviços sanitários; deficiências de moradias e serviços básicos; falta de segurança e; degradação ambiental.

Esse processo dá-se em cadeia, no qual a acumulação capitalista induz o crescimento populacional do espaço urbano e o crescimento das atividades comerciais e de serviços, e sua conseqüente descentralização. Assim, seguem-se novos investimentos em infra-estruturas desigualmente distribuídos, privilegiando os espaços de alto *status*.

Referências Bibliográficas

AMOROSO, Marta Rosa & FARAGE, Nádia. Relatos da Fronteira Amazônica no Século XVIII: Documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo-NHII e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP.1994.

ATLAS DE RORAIMA. Rio de Janeiro. Instituto de Geografia e Estatística. Fundação-IBGE.1981.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Paisagens e Tempo na Amazônia Stentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul. Editora Universitária – UFPE. 1995.

BRASIL, Amazonas. Amazônia: um pouco de história e muita cobiça. Ed Pró-Roraima Consultoria, Marketing e projetos. Boa Vista-RR. 2005.

BONATTO, Fábio. Transformações na paisagem natural de Boa Vista-RR: Um diagnóstico ambiental por geoprocessamento. Rio de Janeiro. 2002.(Tese de Mestrado-UFRJ).

GUERRA, Antônio Teixeira Guerra. **Estudos Geográficos do território do Rio Branco**. IBGE.1957.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Conselho Nacional de Estatística: **Sinopse Estatística do Município de Boa Vista – Território de Rio Branco**. Rio de Janeiro. 1951.

LUCKMANN, Donato. História e Geografia do Município de Boa Vista. Série: Roraima Através dos Municípios. Vol.1. Apoio: Prefeitura Municipal de Boa Vista/Fundação de Educação, Ciências e Cultura de Roraima – FECEC.1989.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **Amazônia: Modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (século XVII ao XX)**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 4(1): 65-115. Julho\1988.

RICE, Hamilton. **Exploração na Guiana Brasileira**. Tradução e notas – Lacyr Schettino. Editora da Universidade ¹⁹ Paulo – UNESP SP. 1978.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. / DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS CULTURAIS/ DIVISÃO DE ENSINO SUPERIOR. **Série Monográfica** – Município de Boa Vista. 1987.

TRINDADE JR. Saint-Clair Cordeiro da & **ROCHA**, Gilberto de Miranda. **Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema**. In Cidade e empresa na Amazônia / Gestão do Território e Desenvolvimento Local. **TRINDADE JR.** Saint-Clair Cordeiro da & **ROCHA**, Gilberto de Miranda (Orgs.). Belém:Paka-Tatu.2002.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Stúdio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

